

PERSPECTIVAS E ENTRAVES DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Elisa Racy Carlini¹

Augusto Paschoalino¹

Daiane Roncato Cardozo²

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante³

Resumo: Visando integrar-se ao projeto intitulado "Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais", CNPq/MCTIC N° 016/2016, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara em parceria com a Universidade de Brasília e com colaboração da Universidad de Buenos Aires – UBA, essa pesquisa pretende contribuir com discussões teóricas e geração de dados. Nesse sentido, objetiva dimensionar as perspectivas e entraves enfrentados pelos pequenos agricultores familiares no que tange as investigações dos circuitos curtos de comercialização no município de Araraquara/SP. As ações proibitivas e de controle da Vigilância Sanitária, a desvalorização do conhecimento tradicional local, a pressão do agronegócio e a certificação dos alimentos produzidos sem uso de agrotóxicos serão questões norteadoras desse projeto e buscar-se-ão respostas por meio de consultas a dados secundários, entrevistas semi-estruturadas com todos os atores envolvidos nos processos e extensa revisão bibliográfica. Dentre os fatores acima elencados, a atuação da Vigilância Sanitária, como fator de bloqueio ou de facilitação das cadeias curtas, será priorizada como vertente analítica. Os resultados esperados, por meio de análise dos dados obtidos, deverão aproximar o conhecimento científico do popular, no sentido de viabilizar um diálogo horizontal entre os saberes e nortear as estratégias de políticas públicas dirigidas à dinâmica dos agricultores familiares nos municípios com características semelhantes em termos espaciais, sociais e econômicos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, circuitos curtos de comercialização, soberania alimentar, Vigilância Sanitária, agrotóxicos.

1 Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA/SP.

2 Pós-Doutoranda em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara/SP.

3 Profa. Dra. Livre-docente da Universidade de Araraquara/SP.

1. Introdução

O conhecimento científico, a partir do século XX, cumpre um papel hegemônico sobre as demais formas de conhecimento. A racionalidade científica tornou-se altamente visível e deslegitima os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas, uma vez que passam a ser considerados como irrelevantes por se encontrarem para além do verdadeiro e do falso (SANTOS, 2007). Ou mais, para além do permitido e proibido.

Por esse viés, esse projeto de pesquisa visa contribuir com discussões teóricas, dados complementares e preenchimento de lacunas do projeto mais amplo financiado pelo CNPq/MCTIC Nº 016/2016, intitulado “Do informal para o formal: uma investigação das redes de abastecimento alimentar territoriais” e desenvolvido no interior do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NUPEDOR), da Universidade de Araraquara – UNIARA em parceria com a Universidade de Brasília – UnB e com colaboração da Universidad de Buenos Aires – UBA, cujo objetivo central é mapear e analisar as alternativas de comercialização dos agricultores familiares a partir de experiências de grupos formais e informais, privilegiando-se cadeias curtas.

O alvo da pesquisa são os circuitos curtos de comercialização dos agricultores familiares do município de Araraquara (SP) e, nesse âmbito, será investigada a presença de entraves que impedem essa ação. Como hipóteses dessas barreiras serão consideradas as ações proibitivas e de controle da Vigilância Sanitária, a desvalorização do conhecimento tradicional local, a pressão do agronegócio e a exigência da certificação dos alimentos produzidos sem uso de agrotóxicos. Dentre esses fatores, a atuação da Vigilância Sanitária, como fator de bloqueio ou de facilitação das cadeias curtas, será priorizada como vertente analítica.

Os grupos de análise inseridos nesse modo de comercialização deverão coincidir e/ou complementar os grupos estudados no âmbito do projeto a que esse se integra. Atualmente, existem mais de 600 famílias assentadas no município, das quais aproximadamente 100 fazem parte dessas feiras. Estas serão objeto da pesquisa, porém aos agricultores familiares não assentados será dado um olhar atencioso, pois são os que estão à margem dos centros urbanos e os que mais sofrem com as forças agroindustriais locais. Porém, no desenvolvimento da pesquisa poderão ser identificados e inseridos novos grupos e pontos de comercialização.

Investigar e identificar a presença de dificuldades e barreiras permitirá a aproximação entre os saberes, do conhecimento científico e popular, assim como poderá auxiliar na elaboração de políticas públicas adequadas com o intuito de garantir a autonomia e consequente melhoria nas condições de vida dos sujeitos envolvidos.

1.2 Revisão Bibliográfica

1.2.1 O município de Araraquara - SP

O município de Araraquara configura-se como um importante centro urbano localizado na região central do estado de São Paulo, distante 273 km da capital e ocupando uma área total de 1.003,625 km². Segundo dados do IBGE (2010), a cidade tem uma população de aproximadamente 208.662 habitantes, sendo que 5.932 dessa população encontram-se na zona rural.

A região central do estado é caracterizada pelo alto desenvolvimento e dinamismo entre o agronegócio das empresas sucroalcooleiras e madeireiras. No caso de Araraquara, a paisagem agrícola é composta pelas extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, essencialmente laranja e cana-de-açúcar, caracterizando-se pela concentrada estruturada fundiária que confronta com as pequenas propriedades (FERRANTE et al, 2012).

No que diz respeito às pequenas propriedades, os agricultores familiares têm papel fundamental nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município, abastecendo a maior parte da cidade. Porém, apresentam-se altamente descapitalizados e sem apoio institucional.

Os assentados destacam-se política e socialmente, resultado da luta pela Reforma Agrária na região, no entanto, é preciso dar destaque aos pequenos agricultores não assentados, pois permanecem às margens dos centros urbanos e enfrentam de forma tão intensa ou mais as forças agroindustriais locais. Por esse motivo, o território é visto como um conjunto de forças sociais e políticas (GOMES et al, 2013).

É diante desse contexto que as barreiras vão se estabelecendo e fortalecendo o modelo de comercialização baseado nas cadeias longas, ou seja, favorecendo o agronegócio, a grande indústria e aumentando cada vez mais o abismo entre o rural e o urbano.

1.2.2 Viabilidade da Agricultura Familiar e modos de vida da população

No contexto da discussão acerca dos modos de produção e vida agrícola familiar, comercialização e políticas públicas, discute-se muito, no âmbito acadêmico e nos movimentos sociais, a viabilidade da agricultura familiar e maneiras de efetivação desse modo de produção através de políticas públicas, incentivos governamentais e legislação.

O acesso regular, permanente, desimpedido e suficiente ao alimento, que corresponda às tradições culturais dos povos de que faz parte o consumidor, é um direito humano garantido pela legislação internacional (ROSSET, 2006). Pensar em agricultura familiar é pensar a renovação das economias locais no Brasil e no mundo “através de uma densificação dos interesses em torno de valores rurais e das localidades, ideia em torno da qual existe um grande

movimento de articulação, que vai desde valorização de produtos agrícolas até turismo” (WILKINSON, 2007, p. 157).

Com a ascensão do regime capitalista e a intensificação do trabalho alienado, o alimento, antes resultado do meio de vida e subsistência do trabalhador, emerge como mercadoria, agregando valor de troca e distanciando o produtor do produto. (MARX e ENGELS, 2008). À indústria de alimentos foi atribuída a proveniência da grande quantidade de alimentos, o que tem como consequência a ressignificação dos aspectos simbólicos da alimentação (AZEVEDO, 2004), sendo que "a comida vale tanto para indicar uma operação universal – ato de alimentar-se – quanto para definir e marcar identidades pessoais e grupais, estilos regionais e nacionais de ser, fazer, estar e viver” (DAMATTA, 1984, p. 57). Assim, os pequenos proprietários agrícolas, menos equipados e com produção voltada ao comércio local, perdem espaço para essas grandes indústrias. Consequentemente esses processos afetam a diversidade alimentar e o direito de cada pessoa sobre a escolha do que consumir (BRAGA, 2004) e também de como e onde comercializar.

Evidencia-se, assim, a dicotomia ideológica do tema e, nesse sentido, buscar-se-á, através das teorias e discussões tratadas, embasamento sólido para o enfrentamento dos problemas apresentados no estudo de caso e sólidos direcionamentos para atingir os objetivos propostos.

1.2.3 A Vigilância Sanitária

O conceito de Vigilância Sanitária surge da necessidade decorrente de eliminar a propagação de doenças transmissíveis nos agrupamentos urbanos, que via sua população aumentar e suas condições sanitárias básicas continuarem precárias.

Foi na Idade Média que surgiram os primeiros modos de proteger o consumidor baseados na ideia difusa de que focos de doenças poderiam surgir em estabelecimentos de venda de alimentos. Por essa razão, cabia as autoridades municipais fiscalizar os mercados contra a venda de alimentos contaminados (SECRETARIA DA SAÚDE, s.d.).

No Brasil, uma das primeiras medidas adotadas foi a política sanitária do Estado, que fiscalizava embarcações, cemitérios e áreas de comércio de alimentos. No entanto, foi no período pós-guerras mundiais que as atribuições da VISA (Vigilância Sanitária) cresceram, uma vez que as descobertas científicas nos campos da bacteriologia proporcionaram a sua reestruturação (SECRETARIA DA SAÚDE, s.d.).

No entanto, foi na década de 80 que a VISA assume a função que tem hoje, passando a administrar as atividades concebidas para o Estado com a participação popular. Incumbiu-se do

papel de protetor dos direitos do consumidor e provedor das condições de saúde da população e, hoje, é regida segundo o Decreto nº 3029, de 16 de abril de 1999 Políticas de saúde e alegações de propriedades funcionais e de saúde para alimentos no Brasil 183 (Brasil, 1999a), alterado pelo decreto nº 3571, de 21 de agosto de 2000 (Brasil, 2000), que estipula as competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária: estabelecer normas, acompanhar e executar as políticas, as diretrizes e as ações de vigilância sanitária; conceder registros de produtos, segundo as normas de sua área de atuação; controlar, fiscalizar e acompanhar, sob o prisma da legislação sanitária, a propaganda e a publicidade de produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária (SECRETARIA DA SAÚDE, s.d.).

A higiene da alimentação ou condições sanitárias é uma obrigação normativa, ou seja, uma lei que regulamenta a permissão de funcionamento dos locais de preparo, consumo ou comércio dos alimentos e o seu descumprimento pode acarretar legalmente a interdição parcial ou total até que sejam obedecidas as exigências sanitárias (TANCREDI e MARINS, 2014). Também é de competência da VISA fiscalizar a comercialização de alimentos de origem animal, sob a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

No município de Araraquara, a atuação da VISA parece ser um entrave a comercialização dos agricultores familiares, uma vez que não podem vender seus produtos sem antes atenderem a todas as exigências previstas na lei. Essa ação não responsável apenas pela manutenção da invisibilidade dessa parcela da população, uma vez que inviabiliza a melhora das condições econômicas, como também esbarra em tradições alimentares. O cultivo e processamento artesanal fazem parte da cultura caipira e são diretamente afetados com a aplicação de uma lei obtusa e que parece favorecer os grandes sistemas agroindustriais, já que os padrões de qualidade da legislação sanitária são baseados na produção de larga escala, padronizados e com uso intensivo de agrotóxicos (LODY, 2015).

Sob esse viés, levantam-se algumas questões: A quem, de fato, atende a interesses: da população ou das grandes empresas de alimentos? Qual a lógica envolvida nas ações da VISA? Existem dados de saúde pública que justifiquem as proibições? Seriam as leis sanitárias o maior entrave dos agricultores familiares? Qual o conhecimento dos agricultores a respeito das normas e qual o suporte dado a eles? E por fim: Se há uma concreta preocupação com a saúde pública, por que não há o mesmo rigor com leis efetivas que proíbam o uso de agrotóxicos no Brasil?

Preocupa-se com os micro-organismos que podem haver na colher de pau, mas ignora-se e incentiva-se, por parte dos governos, o consumo de veneno pelas populações.

2. Problema de Pesquisa

Com o desenvolvimento desta pesquisa pretende-se buscar subsídios bibliográficos e técnicos que substanciem as seguintes questões: (i) quais as reais barreiras encontradas pelos agricultores familiares no que diz respeito a sua autonomia de produção e comercialização no município de Araraquara? (ii) Quais os reais prejuízos desses entraves na vida dos agricultores? (iii) Há conciliação possível a ser estabelecida entre a lógica das leis sanitárias e a comercialização de produtos da agricultura familiar? (iv) Qual a perspectiva da vigilância sanitária, sob a ótica da saúde pública? (v) Como o poder público vê a questão da possível flexibilização para possibilitar essa comercialização? (vi) Por que e até que ponto as ações proibitivas, que se apoiam na lógica do grande capital, inviabilizam os modos de produção local da agricultura familiar? (viii) Se há uma concreta preocupação com a saúde pública, por que não há o mesmo rigor com leis efetivas que proíbam o uso de agrotóxicos no Brasil?

3. Justificativa

Entende-se por circuito curto a modalidade de comercialização, no caso os agrícolas, em que há no máximo um atravessador entre o produtor e o consumidor, e é um exemplo de sistemas agroalimentares alternativos (SAA) (RETIÈRE, 2014). É uma prática que possibilita a aproximação entre o consumidor e produtor, remexendo em tradições e retomando a afetividade pela comida. As cadeias curtas contrapõem-se às cadeias longas, que são representados pelo Sistema Atacadista CEASA, envolvendo uma complexa logística que possibilita a distribuição por todo o território nacional. Também envolvem a percepção dos consumidores, tendo de um lado o caráter despersonalizado e frio das cadeias longas de comercialização, e de outro, a afetividade do contato com o produtor nas feiras e outros pontos de venda direta (RETIÈRE, 2014).

Nesse sentido, a proposta de projeto justifica-se na medida em que aborda a forma como a agricultura e uma nova maneira de comercialização pode impactar positivamente, melhorar e estimular resolução de demandas socioambientais no município e sua região. A abordagem sensível ao social no desenvolvimento de políticas públicas sobre o uso da terra permitirá lidar construtivamente com os conflitos atuais e prevenir outros no futuro.

Espera-se que a identificação dos principais entraves e omissões que comprometem a viabilidade da agricultura familiar constitua um passo importante na busca de sistemas regulamentares mais eficazes para a manutenção das culturas locais, assim como a adequada organização e consolidação dos circuitos curtos de comercialização no município de Araraquara e em todos aqueles com características semelhantes em termos espaciais, sociais e econômicos.

4. Objetivos

A pesquisa tem como principal objetivo identificar quais são os entraves dessa relação de dissonância entre o território e a agricultura familiar na região em questão no que concerne a comercialização local, e explorar a possibilidade de recursos e políticas públicas que viabilizem a adequação da produção agrícola familiar às lógicas de comercialização do município de Araraquara.

Especificamente objetivar-se-á: (a) compreender a lógica de produção agrícola familiar nos espaços rurais do município de Araraquara; (b) identificar os principais desafios para a manutenção dos modos de vida e produção da agricultura familiar; (c) compreender os fundamentos das ações da vigilância sanitária; (d) analisar os instrumentos públicos que balizam as leis sanitárias de comercialização na área em estudo; (e) identificar os principais desafios para a segurança do consumidor e saúde pública; (f) trazer substanciais contribuições para a redefinição dos modos de comercialização de cadeias curtas tanto local quanto nacionalmente.

5. Material, métodos e forma de análise dos resultados

5.1. Trabalho de Campo e Área de Estudo

Para o desenvolvimento da pesquisa, acredita-se ser necessária a realização de trabalhos de campo, que deverão ocorrer a partir do segundo semestre de 2018, para que seja feito o contato com a realidade do município em questão.

O município de Araraquara foi escolhido por ter sido identificado, previamente, por meio de pesquisas sobre a região, o conflito acima exposto, além de estar em uma região de muitas influências fundiárias e econômicas. Tal fato balizará as discussões durante toda a pesquisa e servirá como apoio para justificar a urgência de alternativas ao modo hegemônico de comercialização.

5.2 Procedimentos metodológicos e Análise dos Resultados

A pesquisa será realizada por meio de pesquisas bibliográficas abrangendo livros, teses, dissertações, periódicos científicos, anais de eventos e documentos públicos (mapas, pesquisas estatísticas, relatórios, dados oficiais, leis, jurisprudência, entre outros), referentes ao tema

central da pesquisa. Os dados obtidos serão analisados e interpretados à luz das principais teorias que sustentam o assunto.

A princípio, espera-se que a abordagem qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com todos os atores objetos dessa pesquisa, seja adequada. Tem-se, também, a intenção de registrar as entrevistas eletronicamente em áudios, que serão posteriormente transcritas para desenvolver a análise dos dados segundo o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (1992). Este método foi considerado apropriado para o estudo em questão pelo fato de alocar grande importância ao contexto da fala dos atores sociais.

Referências

AZEVEDO, E. Alimentação e modos de vida saudável. **Saúde em Revista**, Piracicaba, SP, v. 6, n. 13, p. 31-36, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0104-1290201200010001100002&lng=es>. Acesso em: 10. Set. 2017.

BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuição da antropologia da alimentação, Piracicaba. **Saúde Revista**, v.6. n.13. 2004. p. 37 – 44. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>>. Acesso em: 22. Set. 2017.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

FERRANTE, V. L. S. B., et al. **Relatório de Pesquisa Estadual de assentamentos e quilombos**. Pesquisa INCRA/UNIARA Nº 100000/2010. Araraquara, 2012.

GOMES, T. P. S., et al. Segurança Alimentar e Gestão Municipal: Uma investigação a partir de comunidade rural assentada em Araraquara. In: **Retratos de Assentamentos**, v. 16, n. 2, 2013. p. 175 – 199.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23.jan. 2018.

LORY, R. **Manifesto Colher de Pau**. 2015. Disponível em: <<https://brasilbomdeboca.wordpress.com/2015/11/16/manifesto-colher-de-pau/>>. Acesso em: 01.mai.2018.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. Dissertação (Mestrado Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014, 114 p. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/pt-br.php>. Acesso em: 01. fev. 2018.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (orgs.). **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 344 p.

SANTOS, B. S., Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79. 2007. p. 3 – 46.

SECRETARIA DA SAÚDE. **Histórico da Vigilância Sanitária**. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=141>>. Acesso em: 25.mar.2018.

TANCREDI, R. C. P.; MARINS, B. R. Evolução da higiene e do controle de alimentos no contexto da saúde pública. In: MARINS, B. R.; TANCREDI, R. C. P.; GEMAL, A. L. (org.). **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. 15 – 36 p. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/seguranca_alimentar_vigilancia_0.pdf>. Acesso em: 01. mai. 2018.

WILKINSON, J. A agricultura familiar na redefinição do sistema agroalimentar. In: MIRANDA, D. S.; CORNELLI, G. (orgs.). **Cultura e Alimentação**: saberes alimentares e sabores culturais. São Paulo: SESC, 2007, 176 p.